

---

# A Fabricação da Plebe

## sob a Perspectiva de Sêneca

---

**RESUMO** *Este artigo apresentará uma análise acerca das relações de poder da plebs de Roma com o imperator, para compreender, mais particularmente, a fabricação de Sêneca e, com isso, enfatizar os aspectos da negociação entre estes agentes que são construtores do poder político Imperial.*

Palavra-Chave: *Plebs, Poder e Princeps.*

**ABSTRACT** *This article will present an analysis about of plebs Rome power relationship whit the Imperator, to understand, more particularly, the Seneca production and, with that, emphatic the point of the negotiate about this agents who are construction of the Imperial politic power.*

Keywords: *Plebs, Power and Prince.*

*Elas [crianças] assustam-se quando vêem mascaradas as pessoas a quem amam, a quem estão habituadas, com quem brincam. Pois o que nós temos a fazer é tirar a máscara, não só às pessoas, como às coisas, e restituir a cada uma o seu rosto próprio!*

*Sêneca, Epistulae Morales.*

### I. A Potestas Senequiana:

O PODER POLÍTICO NO IMPÉRIO ROMANO NO período de vida e morte de Sêneca – 4 a.C. a 65 d.C. – estava estruturado na concentração de poder *in manu principis*. Havia um esforço administrativo direcionado a uma maior centralização, quer dizer, o *princeps* passou a acumular todos os poderes, embora existissem os órgãos da República.

Essa política de autonomia não liquidou a negociação do soberano com os setores da elite e nem com os setores subalternos. O poder Imperial, embora fosse centralizador,

não era absoluto, mas, em grande medida, delegado e compartilhado. O próprio Senado era um parceiro importante, que por mais centralizado que fosse detinha o poder, mesmo que subordinado, tanto como instituição, com suas atribuições específicas, quanto como poder

individual de seus membros que monopolizavam as principais magistraturas civis e militares do Império (GUARINELLO & JOLY, 2001: 137)<sup>1</sup>.

Autores como Tácito (*Anais*) indicam uma rede complexa de intrigas, oposições que ocorriam em um âmbito individual ou em grupos sociais – “*uns mais, outros menos organizados, com distintos graus de influência política e diferentes instrumentos de manifestação*” (GUARINELLO & JOLY, 2001: 137) - que influíam na queda e imposição de outro imperador.

A fabricação da *potestas* em Sêneca circunscrevia um elemento imprescindível, a centralização política. Esta era dada, primeiramente, pela simbolização sagrada que correspondia ao fato de o *princeps* ser retratado como o representante dos deuses na terra (Sêneca, *De Clem.* Pr. I, 2). Era o reconhecimento de que governantes e deuses possuíam propriedades semelhantes, e como tal, refletia a distância entre o rei e os súditos, levando-se em consideração, a associação de poderes superiores à pessoa real e sua própria legitimidade (BALANDIER, 1969; GEERTZ, 1997; OMENA: 2004)<sup>2</sup>.

Além da sacralização, o filósofo associava o soberano à clemência. Considerada um atributo de quem estivesse em algum posto de comando, determinava, portanto, a relação entre um superior e um inferior. Este era subjugado ao poder daquele, daí a clemência não ser condicionada por uma lei. O benefício tornava-se, igualmente, evidente. Na concepção de Sêneca, embora qualquer cidadão pudesse obtê-la, “*a clemência não convém a ninguém mais do que ao rei e ao príncipe. Assim, são grandes as forças do decoro e das glórias, se o poder for saudável para elas, pois se prevalecer do poder para prejudicar é força maligna*” (Sêneca, *De Clem.* III, I, 3)<sup>3</sup>.

Dentro desta perspectiva senequiana, o imperador tirânico provocava “*um temor permanente, não só agudo, mas que leva a extremos, incita os prostrados à audácia e persuade-os a recorrer a tudo*” (Sêneca, *De Clem.* III, X, 4); embora possuísse um poder sem fronteiras - tinha em suas mãos o direito de vida e morte dos cidadãos - não podia corromper-se na violência com ações como as de Cláudio que “*no espaço de cinco anos, mandou costurar, mais pessoas que se tinha costurado em todos os séculos da história*” (Sêneca, *De Clem.* III, XXI, 1 e Sêneca, *Apoc.* XI, 5)<sup>4</sup>.

Qual seria a postura plausível para o imperador? Relacionar-se com seu povo para estabelecer um estado de liberdade e justiça. Conduzido pela sensatez, afastaria a nefanda ostentação do poder pelo terror (Sêneca, *De Clem.* Pr. I, 3), agiria como se tivesse que “prestar contas às leis” (Sêneca *De Clem.* Pr. I, 4). Aos olhos de Sêneca, “*engana-se, pois, quem julga que é seguro ser rei quando nada é assegurado para o rei. A segurança deve ser pactuada através da segurança recíproca*” (Sêneca *De Clem.* III, XVII, 5).

Sêneca percebia a fragilidade do poder, especialmente, em ações tirânicas. A crueldade aumentava o número de inimigos, pois ao suprimi-los “*os pais e os filhos, os parentes e os amigos dos que foram mortos tomam o lugar de cada uma das vítimas*” (Sêneca *De Clem.* III, VI, 7). De acordo com o filósofo, mesmo um escravo, uma serpente ou uma flecha poderia matar um rei (Sêneca *De Clem.* III, XIX, 1).

O *princeps*, estando no centro das interações sociais, não poderia incorrer em equívocos, pois “*esta imensa multidão, reunida em torno de um só ser vivente, governada pelo seu espírito, dobrada pela sua razão, será oprimida e despedaçada pelas suas próprias forças se não for*

*sustentada pela sabedoria*” (Sêneca, *De Clem.* III, I, 5). Dele dependia a paz e o equilíbrio do Império, caso contrário, essa grande unidade seria desfalecida e o cidadão conviveria na desordem.

## II. Plebs e o Princeps

Conhecemos o universo da plebe, sobretudo, por um viés elitizado. Sêneca, membro da aristocracia, retratava a plebe como sendo uma *multitudo* inconstante e irracional. Retratada pelo anonimato e, por vezes, adjetivada como *sordida plebs*, *imperita multitudo* e *credulum vulgus*. A elite, no entanto, aparecia nas fontes documentais por nomes ou por funções exercidas nas ordens senatorial e eqüestre. Citemos um exemplo sobre Catão:

*“... e te parecia indigno que a ele, que se preparava para atacar uma lei, a toga tivesse sido arrancada no fórum e que, tendo sido arrastado sem trégua pelas mãos de um bando sedicioso desde o rosto até o arco de Fábio, tivesse tolerado palavras desonrosas, e cuspes e todas as outras ofensas da multidão ensandecida”* (Sêneca, *De Constantia Sapientis* I, 3).

Sêneca, neste excerto, evidenciava de maneira negativa os inimigos de Catão chamando-os de “bando sedicioso” e, ao mesmo tempo, fazia referência a uma *multitudo* ensandecida que agredia Catão – um homem de bem - com cuspes e palavras desonrosas. Ainda sobre Catão, Sêneca comentava em tom de crítica sobre a posição e a situação da plebe e dos notáveis em relação ao momento político, classificando-os por diferentes categorias:

*Se quiseres, num esforço de imaginação, representar no teu espírito a situação que se vivia na época verás de um lado a plebe, a totalidade da massa empenhada na revolução, do outro lado às classes senatorial e eqüestre, tudo quanto de nobre e escolhido havia na cidade, e no meio, sozinhos, abandonados, Catão e a República* (Sêneca, *Ep. Mor.* 104, 31)!

Como podemos observar, Sêneca apresentava o binômio plebe X elite e apresentava, igualmente o binômio plebe X libertos. O filósofo não posicionava o liberto como sendo um elemento da plebe. Citemos *in extenso*: “*E, por enquanto, até estou falando das canalizações da plebe: que não dizer quando me referir aos balneários dos libertos!*” (Sêneca, *Ep. Mor.* 86, 6-7-8)!

Sêneca esclareceu os motivos pelos quais identificava plebe e libertos por diferenciadas categorias. De acordo com suas palavras: “*A natureza me aconselha a ser útil a todos: se forem livres ou escravos, ingenui ou libertos, livres por direito ou por amizade, que diferença faz? Onde existir um homem, existirá a oportunidade de fazer o bem*” (Sêneca, *De Vita Beata* XXIV, 3). O filósofo afirma que as hierarquias sociais não têm sentido frente à oportunidade de se fazer o bem, embora explicita dois importantes binômios: escravidão X liberdade e *ingenui* X libertos. Esta hierarquização, explicitada a partir dos binômios, explica o cerne da questão: a plebe fazia parte do grupo de indivíduos livres por nascimento, enquanto, *libertus* era o grupo livre por direito ou por amizade. O sujeito ainda que tenha conquistado a liberdade, continuava com a mácula da escravidão, por isso, o filósofo da *stoa* refere-se ao binômio da liberdade e da escravidão. Trata-se da relevância, enquanto, *status* social descender de um homem livre.

A plebe mesmo sendo de origem livre era considerada um grupo de segunda ordem. Sêneca demonstrava o desprezo no momento em que criticava os estudiosos por quererem saber os motivos pelos quais a plebe se afastava do monte Aventino. Ou, quando afirmava:

*Não temos em consideração, de momento, a crença por alguns partilhados de que cada um de nós foi colocado sob a tutela particular de um deus, não de um deus de primeira ordem, é evidente, mas de um daqueles de Segunda classe a quem Ovídio chama 'a plebe divina' (Sêneca, Ep. Mor. 110, 1).*

Na obra *Consolatio ad Polybium*, aconselhava o liberto de Cláudio, dizendo: “nenhuma ação plebéia, nenhuma ação humilde te convém” (Sêneca, *Consolatio ad Polybium* IV, 2)<sup>5</sup>. Qual seria, então, está ação? A capacidade de sempre assediado o vestibulo do outro (Sêneca, *Consolatio ad Polybium* VI, 2). Sêneca fez um comentário semelhante nas *Epistulae Morales*, afirmando que “os clientes não buscam nele senão o mesmo que buscam num lago: beber até fartar e deixar a água suja! O vulgo julgá-lo-á um homem sem valor, sem atividade” (Sêneca, *Ep. Mor.* 36, 2)! A plebe estaria somente disposta a alcançar a riqueza e os favores obtidos com as relações de clientela.

Vista como uma *multitudo* irracional e inconstante não se deveria, segundo Sêneca, confiar no “critério das massas – mau conselho em tudo e modelo de inconstância nestes casos, como de resto em todos” (Sêneca, *Ep. Mor.* 99, 17)! Sêneca sugeria ao *princeps* “lançar os olhos sobre esta imensa multidão discordante, sediciosa e descontrolada – pronta para se precipitar igualmente para

a sua perdição como para a alheia, se romper o seu jugo” (Sêneca, *De Clementia* Pr. I, 1). Caso o *princeps* não mantivesse a ordem, a *plebs* que era descontrolada e sediciosa levava o caos à cidade de Roma – centro do poder - e, logo, o Império<sup>6</sup>. Para ele, a *multitudo* “escoando em fluxo ininterrupto pelas ruas mais amplas, se esmaga toda a vez que encontra algum obstáculo a barrar seu curso rápido como uma torrente” (Sêneca, *De Clementia*, III, V, 4)<sup>7</sup>.

Como podemos compreender, então, se essa massa era retratada como sendo “as pessoas mais vis” (Sêneca, *De Providentia* V, 4) e, ao mesmo tempo, expressavam expectativas, opiniões e, com isso, influenciavam, mesmo indiretamente, as ações políticas do *Imperator*?

Essa interação, em um primeiro momento, tornava-se, para Sêneca, legítima pelo fato de o homem viver em sociedade. Como não conseguiria imaginar-se fora do núcleo social, criava estratégias de sobrevivência que privilegiavam o compartilhamento de valores. Para ele:

Não é possível alguém viver feliz se apenas se preocupar consigo, se reduzir tudo às suas próprias conveniências: tem de viver para os outros quem quiser viver para si mesmo. A convivência – observada com nobre e contínuo empenho – que nos insere como homens entre outros homens e admite a existência de algo comum a todo o gênero humano, é da maior importância (Sêneca, *Ep. Mor.* XLVIII, 2/3).

A partir do compartilhamento de valores sociais, evidenciava-se, igualmente, a necessidade do soberano sustentar-se pela popularidade e pelo apoio do *populus*. A manutenção de sua *potestas* deveria ser negociada e, isto incluía, elementos tanto da aristocracia, quanto dos setores subalternos.

A auto-sustentação do governante era derivado do carisma, pois pertencia ao centro e, por esta razão, tornava-se imprescindível à sociedade. Não era sem razão, que Sêneca exortava a magnificência e a aproximação do *imperator* aos seus subordinados. Vejamos:

*“afável de conversa, fácil à aproximação e ao acesso, com fisionomia que cativa, sobretudo as massas, amável, propenso às petições legítimas (...) ele é amado, defendido e respeitado pela nação inteira”* (Sêneca, *De Clem.* III, XI, 4)<sup>8</sup>.

O filósofo da *stoa*, nesse sentido, compreendia a importância da plebe para a estabilização e segurança do *princeps*, aconselhava Nero a cativar, sobretudo às massas (Sêneca, *De Clem.* III, XI, 4). Sabia que todos esperavam o seu quinhão, desde os poderosos até os insignificantes, pois *“cada um sente e espera menor ou maior bem de acordo com a porção de sua sorte”* (Sêneca, *De Clem.* Pr. I, 9).

A opinião pública era uma poderosa arma para destruir o poder de alguém. Daí a atenção de Sêneca com as exigências da *multitudo*<sup>9</sup>. Ele escreveu da seguinte forma: *“não fazer qualquer coisa para a qual viesse a desejar o perdão da opinião pública, o juiz mais imparcial dos príncipes”* (Sêneca, *Ad Marciam de Consolatione* IV, 3). Em outro momento, *“é indubitável que aquele que despreza os ataques que partem da multidão se coloca mais alto do que ela”* (Sêneca, *De Ira* III, XXV, 3). Esta relação contraditória com a opinião do vulgo era resultado da incapacidade de Sêneca em compreender como essa *multitudo*, composta por indivíduos pouco cultivados, desinteressados e vulgares, age ou não de forma conjunta (FAVERSANI, 2000: 143).

Em Roma, a multidão, de modo geral, expressava a sua cólera destruindo

monumentos, estátuas e até mesmo prédios públicos e, ao mesmo tempo, as ruas estreitas e os edifícios altos dificultavam a supressão dos motins. Nero, quando decidiu separar-se de Otávia – filha de Cláudio – para casar-se com Popéia, ocasionou insatisfação entre a população de Roma. A plebe derrubava as estátuas da pretendente e aquelas da esposa eram carregadas nos braços pela *plebs* (Tácito, *Anais*, 61)<sup>10</sup>.

A plebe, neste mesmo Principado, armada com paus e pedras, revoltava-se com a decisão do Senado em condenar quatrocentos escravos pelo fato de um ter assassinado o seu senhor, Pedânio Segundo. Colocava-se em vigor um velho costume transformado em lei sob Augusto, isto é, executam-se todos os escravos que viviam sob o mesmo teto do assassino (Tácito, *Anais*, XIV, 44). Há, concomitantemente, manifestações que não eram concebidas por um caráter violento. Temos, por exemplo, no período de Augusto, que a falta de alimentos provocava veementes discussões ocorridas nas ruas, embora não tivesse ocorrido quebra-quebra.

Sêneca compreendia que os indivíduos em constante necessidade não aceitavam e nem compreendiam as crises de abastecimento. Como retratava para o prefeito da anona: *“Tu lidas com o ventre dos homens! O povo esfaimado não dá ouvidos à razão, não se aplaca pela moderação, nem se dobra a nenhum argumento”* (Sêneca, *Ad Paulinum de Brevitate Vitae* XVIII, 5).

Além da diminuição de alimentos que gerava descontrole, temos, igualmente, reivindicações pelos divertimentos públicos, pela crise de habitações – provocadas pelos incêndios, pelas inundações do Tibre, a cobrança rigorosa de impostos, o aumento dos preços dos alugueis, provocavam uma grande insatisfação popular.

O soberano utilizava os espetáculos oficiais para obter apoio da plebe, pois os jogos desempenhavam funções político-sociais. Era promovido tanto pelo imperador quanto pelos magistrados e considerados instrumentos de controle sobre as massas urbanas. A platéia podia, no entanto, apoiar as autoridades como fazer reivindicações de diversas ordens aos promotores presentes. Daí a relevância de sua participação no circo onde “o gladiador pode jogar e apelar para a clemência do público” (Sêneca, *Ep. Mor.* 37, 2) e a garantia de que suas reivindicações seriam cumpridas.

Sêneca recomendava a um homem precavido, “*assim que vê começar a distribuição de presentes, se retira do teatro, pois sabe que muito terá de ceder para conseguir um pequeno favor*” (Sêneca, *Ep. Mor.* 74, 7). Era no circo e no anfiteatro que se demonstravam desejos e protestos de toda a ordem como uma prática social<sup>11</sup>.

Essas agitações, de acordo com Sêneca, representavam o desejo do povo pela violência, se assim não fosse, o homem não seria exposto à morte “*apenas para se servir de divertimento; já era sacrilégio treinar homens para o circo e ser feridos, agora atiramo-los para o circo nus e inertes, basta-nos a simples morte como espetáculo!*” (Sêneca, *Ep. Mor.* 95, 33). A violência incontida gerava um medo permanente e era, por isso, que o filósofo no tratado *De Clementia* fazia a seguinte afirmação:

“*Outrora, decidiu-se por um parecer do senado que um sinal na roupa distinguiria os escravos dos homens livres. Em seguida, ficou evidente quanto perigo nos ameaçaria se os nossos escravos comessem a nos enumerar*” (Sêneca, *De Clem.* III, XXII, 1).

O poder que a *multitudo* possuía em agir pela violência, a constante repressão realizada pelos membros da elite e a consciência de que estavam em maior número eram condimentos relevantes para que o *princeps* tratasse a *plebs* com mais tolerância. Aos olhos de Sêneca, obedecia-se freqüentemente ao que comanda com mais tolerância. “*O espírito humano é rebelde por natureza e, pelejando contra o que lhe é contrário e árduo, acompanha mais facilmente do que se deixa conduzir*” (Sêneca, *De Clem.* III, XXII, 2).

O *princeps*, na cidade de Roma, deveria voltar-se, portanto, diretamente às reivindicações da plebe, por três motivos: primeiro, era vista como uma massa inconstante e, por isso, disposta a qualquer tipo de ação, violenta ou não; segundo, como tutor da ordem pública teria que evitar qualquer desordem social ou política; e em terceiro, Roma, considerada o centro do poder Imperial, o soberano deveria, assim, manter o equilíbrio social, pois esta “*cidade terá deixado de dominar no mesmo momento em que tiver deixado de prestar obediência*” (Sêneca, *De Clem.* III, II, 2)<sup>12</sup>.

## CONCLUSÃO:

Revelava-se no discurso senequiano o recurso do soberano em apoiar-se, tanto nas camadas elitizadas quanto nas populares. O governante precisava manter-se no poder e, para isto, deveria unir-se aos preceitos da moderação. Evitaria assim a violência protegendo os mais fracos dos mais fortes e discerniria o que tivesse ou não utilidade. Embora pudesse consultar os cidadãos, o soberano estava no centro das interações sociais, dependia a paz e o equilíbrio do império, assim, garantiria a preservação da ordem social e, portanto, as proteções e os direitos que ela pressupõe.

Assim sendo, a plebe não podia ser interpretada como uma massa despolitizada, ociosa e entregue aos prazeres do luxo. As manifestações ocorridas nas ruas e nos teatros representavam as exigências políticas; não era possível restringir a dinâmica social a um espaço harmonioso e tranqüilo, cujas

possíveis tensões dificilmente eclodiriam em conflitos declarados, no qual o príncipe e a elite manteriam o controle e o domínio público. Caberia ao soberano, segundo Sêneca, garantir os privilégios da *multitudo* por ser *in commune auxilium natus ac bonum publicum* (Sêneca, *De Clem.* II, IV, 3).

Luciane Munhoz de Omena  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação  
em História Social/FFLCH/USP.  
[lu\\_omena30@yahoo.com.br](mailto:lu_omena30@yahoo.com.br)

## DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

- SÊNECA, L. A.. *De la Clémence*. Trad. François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1990.  
\_\_\_\_\_. *Lettres a Lucilius*. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1993.  
\_\_\_\_\_. *Dialogues*. Tome I. Trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1971.  
\_\_\_\_\_. *Dialogues*. Tome II. Trad. A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1989.  
\_\_\_\_\_. *Dialogues*. Tome III. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1975.  
\_\_\_\_\_. *Dialogues*. Tome IV. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1927.  
TÁCITO, C. *Anais*. Trad. De J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952.

## BIBLIOGRAFIA

- ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.  
BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: UNB, 1982.  
BRAREN, I. *Da Clemência de Sêneca*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1985.  
BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.  
BRUNT, P. A. La plebe romana. In: FINLEY, M. I. *Estudios sobre historia antiqua*. Madrid: Akal, 1981.  
CLAVEL-LÉVÉQUE, Monique. L'espace des jeux dans le monde romain, *Ausfstieg Und Niedergang Der Römischen Welt*, Berlin, Walter de Gruyter, II, 1986.  
FAVERSANI, F. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).  
FINLEY, M. I. *A política no mundo antigo*. São Paulo: Ed. 70, 1987.  
GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A construção da imagem Imperial: formas de propaganda nos governos de Septímo Severo e Caracala*. São Paulo: USP (tese de Doutorado), 2002.  
GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.  
GUARINELLO, N. L. & JOLY, F. D. Ética e ambigüidade no principado de Nero. In: BENOIT, H & FUNARI, P. P. A. (orgs.). *Ética e Política no mundo antigo*. Campinas: Unicamp, 2001.  
GAGÉ, J. *Les classes sociales dans l'empire romain*. Paris: Payot, 1964.

- KANTOROWICZ, E. H. *os dois corpos do rei: um estudo sobre teologiapolítica Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- OMENA, L. M. de. *A centralização do poder nas obras De Clementia e Diui Claudii Apocolocyntosis, de Sêneca*. Campinas: Unicamp, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. O poder do *imperator* sob a perspectiva de Sêneca, *ALPHA*, ano, 05, número 05, Patos de Minas, centro Universitário de Patos de Minas, 2004.
- VEYNE, P. *Lê pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Seuil, 1976.
- VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. São Paulo: FFLCH/Usp, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- WALLACE-HADRILL, A.. *Patronage in Ancient Society*. Londres: Routledge, 1990.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> No Principado, segundo M. I. Finley, a política compreendida como “a solicitação de votos, a persuasão, a troca de serviços, de recompensas e benesses, as alianças e acordos”, teria sido eliminada. Prevaleceria o “princípio de que (‘o que o imperador decide tem força de estatuto’), mesmo que apenas em espírito, haverá governo de antecâmara, não de câmara, e, portanto, não se praticará política no sentido que lhe atribuo” (FINLEY, 1985: 68/69). Esta proposta influenciou a chamada Escola de Cambridge (termo utilizado pelo professor Faversoni), que buscou interpretar a Antiguidade Clássica através de elementos que explicitassem as interações sociais pessoais entre os agentes.

Os laços sociais envolviam indivíduos de níveis sociais diversificados. Havia uma troca entre agentes mais próximos do centro do poder e entre aqueles mais afastados dele, tendo por objetivo intermediar recursos com as relações pessoais. O soberano, então, em virtude de sua posição controlaria o acesso aos benefícios do sistema, i.e., a sociedade romana, para Wallace-Hadril, seria assim, a capacidade de inserção de indivíduos na corte e, em consequência, sua maior ou menor proximidade com o imperador (WALLACE-HADRIL, 1990: 289).

As análises interacionais limitam, sobretudo, a participação dos setores subalternos. Afastados do centro do poder não teriam nada a oferecer, principalmente, pelo fato de as trocas entre os agentes ocorrerem sempre no seio da elite ou entre os mais ricos com os menos ricos. Cloud sugere o seguinte quadro: “Há evidências suficientes para mostrar que Roma não era diferente de muitas outras sociedades ao excluir os que eram muito pobres das relações cliente-patrono; ainda que a relação fosse assimétrica, o cliente tinha que estar apto a contribuir com algo e, sob o Império, os cidadãos muito pobres não tinham nem o voto a oferecer” (CLOUD, 1990: 210).

<sup>2</sup> Temos uma excelente discussão realizada por E. Kantorowicz – *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval* – sobre as vicissitudes do carisma de monarcas no mundo ocidental em um período de duzentos anos. O rei era visto em “um estado de ‘perfeição absoluta’ sobre-humana dessa *persona ficta real*” (KANTOROWICZ, 1998: 18). Havia, sobretudo, uma diferenciação entre o Corpo natural e o Corpo político. Este “é um corpo que não pode ser visto ou tocado, composto de Política e Governo, e constituído para a Condução do Povo e a Administração do bem estar público, e esse Corpo é extremamente vazio de Infância e Velhice e de outros defeitos e Imbecilidades naturais, a que o Corpo natural está sujeito, e, devido a esta Causa, o que o rei faz em seu Corpo político não pode ser invalidado ou frustrado por qualquer Incapacidade em seu Corpo natural” (KANTOROWICZ, 1998: 21).

<sup>3</sup> Sêneca utilizava termos como *princeps* e *rex*. Como observava Griffin, não se tratava de um descuido de Sêneca, mas uma finalidade maior, quer dizer, pretendia aplicar ao seu *princeps* o ideal de virtude consolidada pelos tratados helênicos sobre a realeza. Segundo estes tratados, as condições do governo não dependiam das formas da constituição de um estado, nem de limitações da lei, mas dependiam do caráter do seu soberano.

---

Como o poder do soberano era absoluto, um bom ou mau governo dependeria das boas ou das más qualidades do soberano (GRIFFIN, 1976: 146-149).

<sup>4</sup> O imperador Cláudio, na concepção de Sêneca, era um *exemplum* de despotismo. Na *Apocolocyntosis* – transformação em abóbora ou apoteose de um idiota – através do personagem Augusto, condena-o por assassinar seus próprios familiares. Citemos *in extenso*: “o sogro Ápio Silano, dois genros – Magno Pompeu e Lúcio Silano; o sogro da filha – Crasso Frugi, com quem se parecia como se parecem dois ovos; Escribônia, sogra de sua filha; a própria mulher, Messalina; e todos os outros que não foi possível contar” (Sêneca, *Apoc.* XI, 5).

<sup>5</sup> Na obra *De Constantia Sapientis*, Sêneca demonstrava o descaso com os plebeus, citemos *in extenso*: “nem vai considerar uma ofensa se um homem da plebe não retribuir sua saudação” (*De Constantia Sapientis* XIII, 3).

<sup>6</sup> A plebe exercia, igualmente, ofícios como o artesanato, comércio, cabeleireiro, cafetão, porteiro, taberneiros entre outros, que eram desenvolvidos por escravos, cidadãos ricos ou pobres. Não eram atividades, consideradas por Sêneca, honrosas, pois não possibilitavam, assim como o estudo da filosofia, o engrandecimento da alma por meio da virtuosidade. Tínhamos, nestes ofícios, mais do que um desprezo e sim um retrato de como a plebe vivia em seu cotidiano, mantendo-se de atividades rendosas e não sobrevivendo apenas de pão e circo. Visão estereotipada que foi construída ao longo da História. Sêneca relatava, desde os vendedores de salsichas nos balneários, pequenos comerciantes, ao comércio de iguarias suntuosas que eram destinadas à aristocracia romana (Sêneca, *Ad Paulinum de Brevitate Vitae, De Constantia Sapientis, De Providentia, Epistulae Morales*).

<sup>7</sup> As formas de arranjos sociais e a organização dos poderes encontram-se, em quaisquer periodizações históricas, alicerçadas na ‘teatrocracia’, que regulamenta a vida dos homens na coletividade. A produção de imagens, a manipulação de símbolos são jogos de encenação a fim de mostrar o que faz e desfaz na sociedade, isto é, “uma sociologia que não depende da enunciação, mas da demonstração pelo drama” (BALANDIER, 1980: 05).

Assim como todas as manifestações da existência social, em especial as do poder, os atores políticos devem seu tributo a teatralização. Sabemos que o poder caracteriza-se por ser um dispositivo produtor de efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões do teatro. Tanto os governantes quanto os governados tornam-se atores políticos para a conquista, conservação e troca de benefícios decorrentes do poder. Daí a relevância em manter um jogo de imagens, aparências, consentimento e reciprocidade, unidade, carisma e prestígio social. Tratava-se de criar um discurso legitimador com modelos de ação que permitiam aplicar uma narrativa idealizada, *construída e reconstruída* em função do poder atuante.

Essa analogia aos jogos vem tornando-se mais popular na teoria social contemporânea. A produção de Erving Goffman baseia-se em imagens de jogos e numa linguagem teatral no qual é proposto um jogo interativo que visa à utilização de máscaras. Assim a diplomacia, o crime, as finanças, as publicidades, o direito entre outros, são interpretados como jogos informativos: faz das equipes, lances, sinais, posições, níveis de informações, apostas e ganhos finais, nos quais só os ‘bons jogadores’, como criticou Geertz, “aqueles que estão dispostos a dissimular qualquer coisa e são capazes de fazê-lo – prosperam” (GEERTZ, 1997: 41).

Assim a marginalidade, o conflito, as manobras, as dissimulações, as conspirações recebem o mesmo tratamento: são estratégias da prática social como um conjunto de jogos exposto dentro de uma extensa pluralidade de convenções e procedimentos variáveis. A vida dos homens é exclusivamente uma ‘tigela de estratégias’.

A teoria dos jogos não é, muito provavelmente, o tipo de interpretação que atraia os humanistas; preferem acreditar que as pessoas não passam a vida obedecendo a regras e esforçando-se para tirar vantagens, mas agindo livremente e utilizando suas melhores condições. As estratégias são fatores concretos que ocorrem nas relações sociais como, por exemplo, o escravo em Roma; dentro da esfera privada, age de acordo com a negociação que é estabelecida com o senhor. É claro que não podemos generalizar e pensar que toda ação seja na esfera pública ou privada, corresponda a um cálculo minimamente racionalizado.

Dentro desta perspectiva, Jon Elster considera as ações sociais como um conjunto de estratégias racionais, que são explicadas por oportunidades e desejos – “pelo que as pessoas podem fazer e pelo que querem fazer (...), com efeito, o que explica a ação são os desejos da pessoa juntamente com suas crenças a respeito das oportunidades. Como as crenças podem ser equivocadas, a distinção não é trivial” (ELSTER, 1994:30 e 37). Bourdieu, diferentemente de Elster, propõe que os agentes sociais atuam a partir de escolhas irrefletidas ou conjunturais. Para ele, “só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação à estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura” (BOURDIEU, 1983: 65).

É preciso examinar detalhes, analisar trabalhos e fazer críticas às interpretações, seja as de Goffman (GOFFMAN: 1983) que retrata os agentes sociais pela exclusividade das estratégias; ou a de Elster (ELSTER: 1994), que vê a cada ação individual um cálculo; ou mesmo a de Bourdieu, que propõe às ações coletivas como produto da conjuntura, ou seja, as condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática (BOURDIEU: 1990).

<sup>8</sup> A manutenção do poder requereria um conjunto de responsabilidades e obrigações do governante, entre as quais, assegurar a paz e a prosperidade dos homens. Para Sêneca, o soberano sábio “*já se compadecerá, mas socorrerá e será útil. Nasceu para a assistência comum e para o bem público, do qual dará a cada um a sua parte*” (Sêneca, *De Clem.* II, IV, 3). Em nome do bem público e de um estado de segurança o filósofo justificava a legalidade e, por consequência, a existência do poder. Sêneca pensava o seguinte quadro: “*é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um só homem, quando acorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador*” (Sêneca, *De Clem.* III, II, 1).

<sup>9</sup> O imperador utilizava a paz, a prosperidade, à idéia de unidade imperial como ícones de propaganda. Esta era definida por “um conjunto de símbolos, idéias e imagens que eram divulgadas no território imperial, mediante a utilização de vários suportes, formando em seu conjunto a imagética imperial (...) o *princeps* dependia de uma adesão mínima dos soldados, das elites das províncias e dos membros da plebe de Roma” (GONÇALVES, 2002: 13/14).

<sup>10</sup> Como afirmaram Guarinello e Joly, “talvez possamos ver, aí, em jogo, a própria legitimidade dinástica do imperador. Críticas aos meios adotados pelo imperador são perceptíveis, igualmente, nos grafites políticos que se espalharam em Roma, sem que possamos datá-los, acusando-o de matricida ou censurando a extensão que tomava o palácio de Nero, sua Casa de Ouro” (GUARINELLO & JOLY, 2001: 142). Em Pompéia, como propôs Funari, os grafites expressavam relações humorísticas que podiam ser vistas como produtos de relações de poder e de contestação. Para ele, os grafites estavam divididos em dois grandes grupos: “aqueles que criticavam indivíduos e os grupos sociais em que se situam e aqueles, de caráter sexual, que se referem às relações de poder, em um contexto de oposição entre homens e homens, e entre homens e mulheres” (FUNARI, 2001: 130).

<sup>11</sup> Essas agitações eram tão visíveis que no Principado de Tibério, a crise de abastecimento e carestia de cereais provocou protestos por parte da plebe. Segundo Tácito, “*governando ainda os mesmos cônsules esteve para haver uma sedição por causa da escassez dos víveres; e o povo por muitos dias fez grande barulho no teatro, dizendo contra o imperador mil coisas que nunca até ali se tinha ouvido*” (Tácito, *Anais* VI, XIII).

<sup>12</sup> Como sustentaram Guarinello e Joly, “a própria presença física do imperador garantia à plebe que esta se encontrava no centro do Império e que era parte de sua estrutura de dominação” (GUARINELLO & JOLY, 2001: 143).